DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.RC-3998/2015**
PROCESSO TC/MS	:	TC/16244/2014
PROTOCOLO	:	1551488
ÓRGÃO	:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RESPONSÁVEL	:	PASCHOAL CARMELLO LEANDRO
INTERESSADO	:	ALGACIR JESUS MARTINS
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONCESSÃO DE APOSENTADORIA
RELATOR	:	CONS. RONALDO CHADID

Em exame a aposentadoria voluntária por idade concedida a ALGACIR JESUS MARTINS, nascido em 04/08/1957, ocupante do cargo de Analista Judiciário do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, Símbolo/Classe PJJU-1, Matrícula 2.835, para fins de registro.

A Inspetoria de Controle de Atos de Pessoal constatou que a documentação apresentada comprova a regularidade da aposentadoria do servidor supracitado, sugerindo o registro, conforme consta na Análise nº 1.896/2015.

A seguir, os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas que proferiu o Parecer nº 6.497/2015, opinando pelo registro da aposentadoria em apreço.

É o relatório.

Passo a expor às razões da presente decisão.

Ao analisar os autos referentes à aposentadoria voluntária por idade concedida ao servidor do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul verifico que assiste razão o corpo técnico desta Corte de Contas, assim como o Ministério Público de Contas, pois os documentos que integram o presente processo atendem às normas constitucionais, legais e estão em consonância com os termos regimentais desta Corte.

A presente aposentadoria está amparada pelo permissivo disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 73 da Lei nº 3.150/2005,

conforme Portaria nº 1.516/2014, publicada na página 32 do Diário de Justiça nº 3.205, em 01 de outubro de 2014.

Os proventos a perceber na inatividade foram fixados integrais e calculados em conformidade com os preceitos legais e constitucionais, sendo que as parcelas estão corretamente discriminadas à folha 22.

Diante do exposto, acolho o parecer do Ministério Público de Contas e **DECIDO** pelo **REGISTRO** da aposentadoria voluntária por idade concedida a ALGACIR JESUS MARTINS, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 73 da Lei nº 3.150/2005, conforme Portaria nº 1.516/2014.

É a decisão.

Publique-se.

Campo Grande/MS, 18 de junho de 2015.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

ASP